

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.795 - RJ (2019/0124595-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : CARLOS FERNANDO DA ROCHA SANTOS  
**AGRAVANTE** : CLAUDIO JORGE FORTES PINHEIRO DA CAMARA  
**AGRAVANTE** : HAROLDO BARROS  
**AGRAVANTE** : PEDRO BARBOSA ARAUJO  
**AGRAVANTE** : RIDEL SALLES MOREIRA  
**AGRAVANTE** : ROBERTO JOSE DOS SANTOS SECUNDINO  
**ADVOGADOS** : MARCELO DAVIDOVICH E OUTRO(S) - RJ053782  
NATALIA FERNANDES RANGEL SALVADOR - RJ154754  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO - RJ104569  
MARCELO PUPO RIBEIRO E OUTRO(S) - RJ121695  
**INTERES.** : UNIÃO

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO EM MOMENTO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO CONHECIDO, PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. SILENTE A SENTENÇA QUANTO AOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. COISA JUGADA.

1. Trata-se de agravo de instrumento visando à reforma do decisum, proferido nos autos do processo nº 0003991-54.1996.4.02.5101, no qual o MM. Juiz de primeiro grau indeferiu o pedido de fixação de honorários advocatícios da fase de execução de sentença, uma vez que a sentença de extinção restou silente quanto ao ponto, operando-se a preclusão decorrente da coisa julgada.

2. Não se discute a possibilidade ou não de fixação dos honorários de advogado em sede de cumprimento de sentença, mas, tão somente, a preclusão no que se refere à pretensão de se fixar tal verba, tendo em vista a coisa julgada.

3. Registre-se que, da sentença extintiva da execução, os exequentes apelaram apenas da verba de advogado fixada no processo de conhecimento, sendo certo que o referido recurso restou desprovido, nos termos da decisão

monocrática do Relator, membro desta e. Sétima Turma Especializada, à ocasião. O mencionado *decisum* transitou em julgado em 17/10/2014 (cf. certificado nos autos virtuais da execução). Em 12/11/2014, os autos foram baixados por findos (cf. consulta ao sistema de movimentação processual da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro).

4. Nada obstante, em petição datada de 13/06/2016, os exequentes, ora agravantes, requereram, extemporaneamente, ao Juízo da execução fossem fixados honorários de advogados relativos à fase de execução, o que foi indeferido, a teor da decisão ora recorrida, tendo em vista a preclusão em decorrência da coisa julgada.

5. Diante desse contexto, deve ser mantida a decisão agravada.

6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 22, *caput*, 23, 24, *caput* e § 1º, 25, da Lei nº 8.906/94; 14, 85, §§ 1º e 2º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que "são cabíveis honorários em execução, independentemente de requerimento inicial, sendo possível a sua fixação a qualquer tempo, considerando-se que a execução do título judicial está sujeita ao regramento contido no art. 85, § 1º, do Código de Processo Civil, sendo cabível o requerimento até após a extinção da execução, não havendo que se falar em intempestividade do pedido".

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 311/315, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O Tribunal *a quo* entendeu que:

Não se discute a possibilidade ou não de fixação dos honorários de advogado em sede de cumprimento de sentença, mas, tão somente, a preclusão no que se refere à pretensão de se fixar tal verba, tendo em vista a coisa julgada.

Registre-se que, da sentença extintiva da execução, **os exequentes apelaram apenas da verba de advogado fixada no processo de conhecimento**, sendo certo que o referido recurso restou desprovido, nos termos da decisão monocrática do Relator, membro desta e. Sétima Turma Especializada, à ocasião. **O mencionado *decisum* transitou em julgado em 17/10/2014** (cf. certificado nos autos virtuais da execução). Em 12/11/2014, os autos foram baixados por findos (cf. consulta ao sistema de movimentação processual da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro).

Nada obstante, em petição datada de 13/06/2016, os exequentes, ora agravantes, requereram, extemporaneamente, ao Juízo da execução fossem fixados honorários de advogados relativos à fase de execução, o que foi indeferido, a teor da decisão ora recorrida, tendo em vista a preclusão em decorrência da coisa julgada.

O entendimento do Tribunal de origem está de acordo com o do STJ, já que, na esteira da jurisprudência desta Corte Superior, firmada no julgamento do REsp 886.178/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 25.2.2010), aplicando a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, *"o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença"*.

Para corroborar com esse entendimento, coleciona-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA A DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, SEM A CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO EM MOMENTO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL DESTES TRIBUNAL.

1. A Corte Especial/STJ, ao apreciar o REsp 886.178/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 25.2.2010), aplicando a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, confirmou a orientação no sentido de que *"o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença"*.

2. No caso concreto, a ausência de interposição do recurso cabível contra o acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento interposto na origem sem se manifestar sobre a verba honorária, impede que em decisão posterior tal verba seja fixada, sob pena de afronta ao instituto preclusão. Ressalte-se que cabia ao interessado, no momento oportuno requerer a condenação em honorários advocatícios.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1477734/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 18/02/2015)

No que se refere à suposta existência de divergência jurisprudencial, inviável a apreciação do inconformismo recursal fundado na alínea *c* do permissivo constitucional, quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do

voto condutor do acórdão paradigma; e d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, observa-se que o recorrente não atendeu aos requisitos estabelecidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e 255, § 2º, do RISTJ, em especial o cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a alegada divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma. Assim, é descabido o presente recurso interposto pela alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ).

2. O recurso revela-se manifestamente inadmissível e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

3. Agravo regimental não provido com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 733.241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator